

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: Um Olhar para o Município de Santaluz – Bahia¹

SCHOOL FEEDING, COOPERATIVE AND FAMILY FARM: A Look At The Municipality of Santaluz – Bahia

**Givaldo do Carmo Souza²
José Pereira Mascarenhas Bisneto³**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é trazer elementos significantes para uma reflexão acerca da relação das cooperativas da agricultura familiar e a política de alimentação escolar praticada nas escolas públicas do Município de Santaluz, no estado da Bahia; Procurou-se apontar o cenário de desafios e as possibilidades para se estabelecer essa parceria, como forma de fortalecer a economia local e proporcionar alternativas de segurança alimentar e desenvolvimento endógeno e sustentável no contexto local. Nos procedimentos metodológicos utilizados reportou-se a revisão bibliográfica através de artigos científicos e sites especializados sobre a temática. A pesquisa guiou-se pela análise descritiva e debate crítico-propositivo.

Palavras-chaves: Cooperativismo. Agricultura Familiar, PNAE.

ABSTRACT

The objective of this work is to bring significant elements to reflect on the relationship of co-operatives of family farmers and school food policy practiced in public schools in the city of Santaluz in the state of Bahia; He tried to point out the scenario of challenges and opportunities to establish this partnership as a way to strengthen the local economy and provide food security alternatives and endogenous and sustainable development in the local context. In the methodological procedures used reported to literature review through scientific articles and specialized websites on the subject. The research was guided by descriptive analysis and critical - propositional debate.

Keywords: Cooperative. Family agriculture, PNAE.

¹ Artigo apresentado Universidade do Estado da Bahia – UNEB –Campus XI – Serrinha – Bahia como requisito para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão de Cooperativas com Ênfase em Economia Solidária.

² Graduado em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná. Pós Graduando em Gestão de Cooperativas com Ênfase em Economia Solidária. E-mail: givaldo9@live.com.

³ Pró-Reitor de Planejamento na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona – UB. E-mail: josepascarenhas@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um movimento de universal de cidadãos e cidadãs, que livres, aglutinam forças para criar e potencializar iniciativas com propósito de transformar a sociedade em que vivem à medida que também transformam a si mesmos nesse processo.

O cooperativismo é um movimento, uma filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2013)

Como afirma Flávio Gouveia, citado por VEIGA e FONSECA, 1999 sobre o cooperativismo, “seu objetivo não é o conjunto das pessoas, mas o indivíduo através do conjunto das pessoas”. É, portanto, um instrumento que, através da organização das pessoas, busca-se promover a geração e manutenção de oportunidades socioeconômicas diversas em atividades enquadradas nos seus treze ramos de atuação, sendo eles: Consumo, Sociais, Trabalho, Educacionais, Transporte, Agropecuária, Saúde, Crédito, Habitacional, Produção, Infraestrutura, Mineral, Turismo e Lazer.

A primeira cooperativa semelhante ao modelo contemporâneo surgiu em 1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, na Região de Manchester na Inglaterra, pertencente ao ramo do consumo, através da organização de 27 trabalhadores industriais. Doze anos depois, já possuía 3.450 associados e um capital de 152 mil libras (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS 2012).

No Brasil, o primeiro registro de uma Cooperativa foi em 1889. Ocorreu em Minas Gerais com o nome de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, assim como em Rochdale, a brasileira era do ramo de consumo. Outro registro é o da colônia alemã em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, em 1902, onde a comunidade imigrante fundou uma pequena Reiffeisenkasse, aos moldes das tradicionais Sociedades de

Ajuda Mútua. Os colonos poderiam se associar pagando contribuições, e obter empréstimos para o subsídio da safra e outros benefícios, como o seguro saúde.

A lei que rege o Cooperativismo no Brasil é a Lei Federal nº 5.764, que foi aprovada em 16 de dezembro de 1971, e detalha a classificação, a constituição e o funcionamento das empresas cooperativas. Essa legislação caracteriza as cooperativas como "sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados" (Lei nº 5.764/71).

Na Bahia, a primeira cooperativa registrada na Junta comercial foi a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade LTDAS – Caixa Econômica Popular, em 21 de outubro de 1914. O maior interesse pelo cooperativismo na Bahia aconteceu na década de 30, período em que foram criadas diversas cooperativas de consumo e escolares. Segundo dados da Organização das Cooperativas da Bahia (OCEB), no estado, em 2011, estavam registradas 783 cooperativas, sendo que os ramos trabalho, agropecuário, e transporte eram os mais representativos, considerando-se os principais indicadores.

Santaluz é um município brasileiro do estado da Bahia que se originou no século passado, de uma estação ferroviária da Leste Brasileira, obra implantada em local onde havia uma aglomeração de casas, dentro da fazenda Santa Luzia, no município de Queimadas. Com a inauguração e utilização freqüente da estação, formou-se um arraial, sendo edificadas casas residenciais e comerciais. O Município foi criado com a denominação de Santa Luzia e território desmembrado de município de Queimadas por Decreto Estadual de 18 de julho de 1935. Em 1943 o topônimo foi alterado para Santaluz Fica localizada a 266 km de Salvador.

No município de Santaluz há presença de cooperativas e de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) ligados aos ramos de Produção, Trabalho e Crédito. São cooperativas que surgiram no contexto, a partir da organização de agricultores familiares e pequenos empreendedores locais. Diante disso, protagonizam o chamado “Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária”, que compreende-se como um instrumento da sociedade civil organizada que busca garantir a inclusão das pessoas menos

favorecidas aos meios de produção, bem como, o acesso a melhores condições de vida.

Neste sentido, uma das ferramentas que possibilita que o cooperativismo se consolide enquanto um instrumento de desenvolvimento e de transformação social, bem como de inclusão econômica dos seus cooperados no município de Santaluz é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, de caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e Municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação (merenda) escolar. Entretanto, para isso, é necessário construir um campo de possibilidades, bem como enfrentar e superar desafios que vão além da realidade do município de Santaluz, mas que são predominantes em (quase) todos os territórios rurais do Estado da Bahia. Entender como (não) se dar essa relação é o propósito deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

Empreendimentos Econômicos Solidários são formas de organização sociais que proporcionam estruturas de coletividade e reciprocidade entre seus envolvidos. Empreendimentos Econômicos Solidários

[...] são atividades primordialmente ligadas à produção e reprodução de meios de vida, seja produção de bens, prestação de serviços, consumo, comercialização, trocas, ou crédito e finanças; trata-se do 'fazer junto' dentro da atividade econômica – não necessariamente produção conjunta, mas também outras formas possíveis, como produção individual e comercialização coletiva, produção coletiva e comercialização individual, compras conjuntas de insumos, e remete à superação da divisão interna entre capital e trabalho, entre "patrão" e "empregado" – ou, no caso em que há trabalhadores não-sócios, o número não podendo ser muito significativo diante daquele de membros associados (CUNHA,2009).

Podemos dizer que os EES são organizações criadas para cumprir uma função social, ou seja, agrupar pessoas em busca de um bem comum. Porém, os empreendimentos devem também ser compreendidos enquanto ferramentas auto-sustentáveis e competitivas, capazes de contribuir para o desenvolvimento da economia local a partir da comercialização de produtos que favorecem a inclusão econômica dos seus envolvidos. Para isso, estes

adotam ferramentas de gestão, planejamento, organização, controle, responsabilidade, comprometimento e, principalmente, transparência nas ações, intervenção política, e participação qualificada nos espaços institucionais e comerciais, pautando seus interesses, na perspectiva de fazer novos negócios e parcerias comerciais, e conseqüentemente favorecer o desenvolvimento local. É necessário observar de forma mais profunda os empreendimentos econômicos solidários, não somente seu lado social, mais sim sua capacidade de manter-se em um mercado competitivo.

2.2. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A alimentação escolar é basicamente apoiada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). É um mercado institucional (em seus limites e possibilidades) ainda pouco acessado pelas cooperativas representativas da agricultura familiar das regiões e territórios do nosso país. É aqui que se insere o debate da alimentação escolar e sua relação com a agricultura familiar. Esta relação traz, de um lado, para a alimentação escolar, elementos fundamentais de uma alimentação saudável e de respeito aos processos e tradições alimentares dessas regiões e territórios, de outro, para a agricultura familiar local, a possibilidade de um mercado constante para seus produtos, dinamizando a presença de recursos nessas regiões, gerando mais riquezas e renda, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional tanto das crianças quanto das famílias envolvidas no processo.

Conforme os documentos legais (como os Decretos Federais nºs 31.106/55 e 72.034/73) que o regulamentaram o programa da merenda escolar tinha como um dos seus objetivos oficiais melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência, com a conseqüente melhoria do rendimento escolar.

A alimentação escolar constitui-se enquanto um fator atrativo para os alunos de baixa renda, além de influenciar no rendimento escolar destes sujeitos. Além disso, esta desempenha um importante papel para o desenvolvimento físico e psicológico das crianças, em especial daqueles que dependem de uma renda precária.

O IBASE (Instituto Brasileiro de Análises) publicou o relatório síntese sobre as *Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e*

nutricional das famílias beneficiadas. Nesse documento foi apontado que a alimentação na escola e a produção de alimentos para consumo próprio estão entre as quatro principais formas de acesso à alimentação das famílias do Programa, ocupando respectivamente o segundo e o quarto lugar de importância. Tal constatação revela que, na realidade, existe pouca ou quase nenhuma relação entre a alimentação escolar e os produtos da realidade local (a agricultura familiar local, por exemplo).

A grande contradição reside na realidade de muitas regiões marcadas predominantemente por economia agrícola familiar, por exemplo, mas que tem suas escolas públicas abastecidas majoritariamente por gêneros alimentícios fornecidos pelas empresas e comércios, desvinculados da agricultura familiar local.

2.3. Alimentação Escolar e o Desenvolvimento das Crianças

Apesar da ausência de embasamento científico, a afirmação segundo a qual a desnutrição é uma das principais causas do fracasso escolar dos pobres esteve presente no discurso oficial do período militar, justificada por autores como Nelson Chaves (apud Fischmann, 1986, p.84):

A plasticidade do cérebro, na última fase da vida embrionária e nos primeiros anos de vida, é uma realidade. As alterações, inclusive as de ordem nutricional ocorridas nessas fases, podem repercutir profundamente sobre a atividade mental, a inteligência, a lógica, a memória e a condução do impulso nervoso.

De acordo com as Diretrizes do PNAE o emprego da alimentação escolar deve ser adequado a idade, ter respeito aos hábitos alimentares da região e incentivar o desenvolvimento sustentável.

Fazendo uma análise das escolas públicas de alguns municípios do semiárido baiano, é possível perceber que a predominância de produtos da alimentação escolar, não se origina da agricultura familiar local, embora não sejam oriundos da região, esses produtos são introduzidos na alimentação escolar por meio de empresas distribuidoras de alimentos e de pequenos comércios locais (mercearias, por exemplo) que participam dos processos de licitação pública de compra. Invariavelmente o cardápio da alimentação escolar é reflexo dos produtos que são licitados para abastecimento das escolas.

No município de Santaluz, a realidade nas escolas públicas municipais é o fato de muitas crianças deixarem de se alimentar com a alimentação escolar, por preferirem guloseimas como doces (pirulitos, balas, biscoito recheado etc.) e salgados (pastéis, coxinhas, salgadinhos etc.) vendidos em frente, e às vezes dentro da escola e que contém altos índices de açúcar e gordura, além, é claro dos refrigerantes. Fato como estes, fragilizam a política da alimentação escolar e colocam em risco a segurança alimentar e nutricional das crianças, podendo causar diversos problemas de saúde, destacadamente entre eles está a obesidade infantil, cujos índices vêm aumentando ano após ano.

Os alimentos que ingerimos têm uma influência muito grande no bem estar do nosso corpo, sendo que muitas substâncias contidas neles ajudam a prevenir diversas doenças.

Conforme citado no artigo do site Gastrocenter (2007):

“A saúde está na mesa. Um novo estudo questiona os benefícios da dieta na prevenção de doenças como infarto e derrame, o colesterol, a diabetes, o Alzheimer, a depressão, a osteoporose, a hipertensão e até o câncer. Acredite: há alimentos que podem sim, ajudá-lo a ter uma vida saudável.”

Portanto, é justificada a preocupação em oferecer para os alunos na escola uma alimentação equilibrada que contenha todos os nutrientes e vitaminas necessárias para o seu desenvolvimento como um todo e, é claro, na prevenção de doenças que os poderiam afastar do convívio escolar.

A luta das cooperativas e empreendimentos econômicos solidários em firmar parcerias com as Escolas na oferta de alimentos de qualidade vai além de interesses econômicos, mas embasa-se na consciência de que é possível prover uma alimentação que seja ao mesmo tempo variada e nutritiva, as quais os beneficiários já estão habituados.

2.4. Produtos da Agricultura Familiar e a Alimentação Escolar

Hoje, em Santaluz existem, apesar de poucas, algumas perspectivas de mudanças e melhorias na qualidade da alimentação escolar nas escolas públicas municipais, nota-se algumas experiências de cooperativas, empreendimentos da agricultura familiar que fornecem seus produtos (beiju, tapioca, polpa de fruta, biscoito, broa, sequilhos e bolos) para a alimentação

escolar, através de recursos do PNAE assegurados pela Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, assegurando em lei o apoio ao desenvolvimento da economia local. Essa mesma lei determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

Entretanto, é mais do que visível o (histórico) pouco interesse por parte do poder público quanto aos propósitos garantidos na lei e por outro lado, é pouca a incidência política das cooperativas e empreendimentos junto às estruturas governamentais, como por exemplo, no Conselhos da Alimentação Escolar (CAE), cuja missão é atuar no controle social efetivo do PNAE no município, porém, suas atividades ainda contribuem com a cultura do abandono, e isso é perceptível quando uma instância tão importante, por vezes aprova a prestação de contas anual do da prefeitura, referente ao PNAE, sem promover junto a sociedade um debate crítico a cerca de mudanças consistentes, assegurando assim a que assegura a renovação do apoio do FNDE e com ela a continuidade de práticas medíocres e sem grandes efeitos positivos para a população que se organiza em cooperativas e empreendimentos com o intuito de melhorar de vida a partir da inclusão produtiva e econômica.

Noutra dimensão, são também atribuições precípuas desse Conselho a definição do cardápio, a fiscalização da aplicação dos recursos e o acompanhamento da alimentação praticada nas escolas entre outras. E as ações com esse propósito são poucas (raras), sem expressão, nem a visibilidade necessária. Dessa forma, a população permanece pouco informada, as organizações desarticuladas, não representadas, se configurando um quadro de subdesenvolvimento local e pouco compromisso com os menos favorecidos.

Existe um hiato visível entre alimentação escolar e o cooperativismo da agricultura familiar no município de Santaluz, este fator cria uma situação contraditória, uma vez que, num município caracteristicamente de economia agrícola familiar, as escolas priorizam práticas alimentares baseadas em gêneros alimentícios industrializados e semi-elaborados de outras regiões. Esta contradição presta um desserviço ao desenvolvimento sustentável da economia local e também à implementação de hábitos alimentares saudáveis pelo conjunto da população infanto-juvenil.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa partiu da análise inicial da qualidade da alimentação escolar ofertadas nas escolas públicas do município de Santaluz no estado da Bahia e a relação com as cooperativas e empreendimentos da Agricultura familiar.

Inicialmente foram realizadas visitas à secretaria municipal de educação para apresentar a intencionalidade da pesquisa e a partir daí foram realizadas as visitas às escolas onde foi aplicado um questionário em forma de entrevista para diretores, professores e alunos que se dispuseram voluntariamente a participar.

Num segundo momento, foram realizadas visitas às cooperativas, unidades de produção e comercialização de empreendimentos econômicos solidários, além de visita as reuniões do Conselho da Alimentação Escolar.

A base alvo da pesquisa foram escolas públicas, cooperativas e empreendimentos econômicos solidários e o Conselho Municipal de Alimentação Escolar do município de Santaluz.

As escolas visitadas foram duas, uma situada na Zona Rural e outra na Zona Urbana. Na Escola Municipal Senhor do Bonfim, situada no povoado de Serra Branca, a pesquisa foi aplicada numa turma de 4º ano e na Escola Municipal Ducleita Bahia de Araújo, e a turma foi a do 3º ano.

A Cooperativa visitada foi a *COOBENCOL* e o Empreendimento Econômico Solidário *Mulheres de Fibra* na comunidade rural de Miranda.

Após a coleta de dados, através da pesquisa documental, foram realizadas pesquisas bibliográficas a cerca da realidade da alimentação escolar

nas escolas públicas e sua relação com a agricultura familiar, bem como o estudo dos materiais levantados/pesquisados para entender esta realidade e confrontá-la com concepção do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e a partir disso, construir uma leitura crítica a cerca da relação da Alimentação e as cooperativas da agricultura familiar.

Os instrumentos utilizados no processo foram principalmente a internet, por meio de pesquisas a sites sobre o tema, destacadamente os sites do MEC, FNDE e organizações do cooperativismo. Outro instrumento fundamental foi o diálogo com os educandos e educadores das escolas visitadas e com os dirigentes e integrantes das cooperativas da agricultura familiar.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Perfil das Escolas Visitadas

No município de Santaluz a pesquisa atingiu três escolas da rede pública. A Escola Municipal Senhor do Bonfim, situada no povoado de Serra Branca e a Escola Municipal Ducleita Bahia de Araújo na sede do município.

Essas escolas juntas atendem a 1.055 estudantes cursando educação infantil, ensino fundamental.

Quadro 1: Escola, Localização, Quantidade de Estudantes e Séries			
Nome da Escola	Localização	Nº de Estudantes	Séries Ofertadas
Escola Municipal Senhor do Bonfim	Serra Branca	395	Ensino Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Ducleita Bahia de Araújo	Sede	660	Ensino Infantil e Ensino Fundamental

Fonte: O Autor, através de pesquisa de campo.

4.2. Perfil da Alimentação Escolar

O município de Santaluz recebe as transferências governamentais destinadas à alimentação escolar. Na Alimentação Escolar o município indica majoritária presença de produtos industrializados e semi-elaborados.

Quadro 2: Relação dos Produtos, Fornecedores

Alimentos	Fornecedor
<ul style="list-style-type: none">- Sopa com frango e legumes (pronta);- Arroz doce- Mistura para preparo de sopa de legumes com Soja- Açúcar cristal cor branca- Mistura para Mingau de Fubá- Biscoito de sal cream crack- Biscoito doce- Biscoito Rosquinha- Salsicha de carne bovina para hot dog- Pão, Queijo- Café, Leite- Suco de Manga- Mingau de farinha láctea- Shake de Goiaba- Shake de Banana- Carne e Frango- Tomate, Alface- Cebola, Coentro- Melão, Melancia- Mamão, Banana- Manga, Goiaba, maçã- Achocolatado	Mercado / Privado
<ul style="list-style-type: none">- Bolos de milho- Bolinho doce- Broa de milho- Sequilhos doces- Beiju de tapioca- Polpa de Acerola	Cooperativa

Fonte: O Autor, através de pesquisa de campo.

4.3. Perfil do Cardápio da Alimentação Escolar

Foi possível observar nos cardápios das 02 escolas a priorização de alimentos industrializados, desvinculados da realidade local. Já os produtos aparentemente vinculados à agricultura familiar, como o carne, frango, hortaliças e frutas, não se originam da região.

4.4. Análise e Discussão dos Dados

É evidente, no resultado da pesquisa, que o mercado institucional da alimentação escolar no município de Santaluz – Bahia predomina a participação de empresas privadas, assim como o repetido desinteresse dos gestores públicos em potencializar a parceria com as cooperativas e organizações, na inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.

Na pesquisa foi possível identificar os seguintes fatores:

- a. Nos últimos anos, a prefeitura do município de Santaluz tem adquirido menos de 33% do valor repassado em produtos da agricultura familiar, evidenciando apenas o cumprimento da lei 11.947, para evitar penalidades;**

Esse pequeno percentual é comprado da *Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização (COOBENCOL)*, uma organização constituída por agricultores familiares, que organiza a produção e comercialização de alimentos de seus filiados.

- b. Os maiores valores das compras dos produtos da alimentação escolar permanecem (historicamente) sendo adquiridos de supermercados (mais de R\$ 300,000,00 nos últimos anos);**

Segundo informações do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, basicamente dois fornecedores dominam os outros mais de 60% da alimentação escolar, e movimentam quantias astronômicas em relação ao valor comprado da COOBENCOL.

- c. A inexistência de ações que contribua na estruturação dos empreendimentos e unidades familiares para a oferta de produtos a esse mercado institucional;**

A prefeitura municipal, historicamente, não promove ações que favoreça o empoderamento dos agricultores e fortalecimentos dos Empreendimentos Econômicos Solidários. A prova disso é a inoperância da Secretaria Municipal da Agricultura, que não dispõe de técnicos agrícolas para assessorar os agricultores, é comum nem se quer abrir para atendimento ao público. (Fonte: O autor, através de pesquisa de campo.)

No sentido de proporcionar um espaço estratégico para a análise dos dados coletados, foram reunidos representantes do poder público, dirigentes de cooperativa, movimentos sociais e integrantes do Conselho da Alimentação Escolar, o que possibilitou um rico debate sobre os avanços, mas principalmente sobre os desafios de aumentar a inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.

Na oportunidade, foi discutido um problema que não foram identificado na pesquisa – o transporte dos produtos da Alimentação escolar no município – que é feito no ônibus que transporta os professores. Segundo depoimentos informais destes, os alimentos vão aos corredores dos ônibus e por vezes já chegaram a ser pisoteados ou chegam a caírem das embalagens, já que alguns não são levados em recipientes adequados.

Como encaminhamentos deste momento, principalmente por parte das organizações, foram sugeridas estratégias que possibilitem maior aproximação e sensibilização dos gestores a fim de que se construir perspectivas no âmbito da segurança alimentar e geração de renda.

- Atuação mais incisiva das organizações e empreendimentos junto ao Conselho de Alimentação Escolar;
- Acompanhar o fiscalizar as movimentações financeiras da Prefeitura Municipal referente à alimentação escolar no município;
- Fomentar e pautar junto aos governos e financiadores do setor privado a criação de agroindústrias que proporcionem maior capacidade de produção aos agricultores familiares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intencionalidade desse trabalho foi trazer a discussão sobre a realidade da alimentação escolar praticada nas escolas públicas do município de Santaluz - Bahia, trazendo a análise crítico-sugestiva das possibilidades de parcerias entre cooperativas e gestores públicos municipais através da compra dos produtos originados da agricultura familiar como estratégia, tanto de ampliação dos padrões de qualidade da alimentação escolar, quanto da garantia da sustentabilidade das famílias organizadas nesses empreendimentos.

Nesse sentido, tornou-se necessário fazer uma análise das grandes capacidades do cooperativismo, que se consolida cada vez mais enquanto um instrumento de superação da pobreza, uma vez que ré significa práticas de produção e trabalho, criando espaços de desenvolvimento econômico baseado nos valores de cooperação e solidariedade. Noutra dimensão, analisou-se também a alimentação escolar, que se configura como um direito assegurado pela constituição federal, mas que enfrenta sérios desafios para se chegar aos padrões de qualidade desejados.

O município de Santaluz foi um dos primeiros a aplicar a Lei 11.947, entretanto, foi possível perceber que a busca pela qualidade e garantias desse direito através da inserção de produtos mais saudáveis na alimentação escolar, não é a principal preocupação dos gestores municipais há anos, por outro lado, é a principal bandeira de luta de muitas organizações, principalmente de cooperativas formadas por agricultores e agricultoras familiares, que não apenas no em Santaluz, mas em diversas regiões do nosso país, se articulam para disputar processos licitatórios, com o objetivo de fornecer seus produtos para esse mercado institucional.

Nesta breve reflexão, observou-se também que a importância de se ofertar alimentos de qualidades as crianças nas escolas é bastante óbvia, uma vez que se trata de um público com uma singularidade peculiar, devido a idade, a realidade socioeconômica etc. Entretanto, a política da alimentação escolar ainda não está voltada às organizações e grupos formados por pequenos agricultores familiares, pois enquanto estes lutam para acessar os recursos, em muitos casos, os beneficiários são grandes empresas locais ou indústrias de outras regiões e estados do país.

Por outro lado, mesmo considerando os avanços, muitas crianças de regiões já vulneráveis, continuam convivendo com problemas nutricionais e alimentação de má qualidade nas escolas. Nesse contexto, destacadamente, o principal entrave limitador dos avanços é o pouco ou quase nenhum interesse político sobreposto aos da maioria da população: os agricultores e agricultoras familiares.

Para a efetivação de uma parceria promissora entre alimentação escolar e as cooperativas da agricultura familiar são necessários dois movimentos importantes, primeiro dentro das organizações – Elas devem se estruturar para terem a disposição alimentos originados da agricultura familiar em quantidade e com qualidade para atender as demandas desse mercado, além de ampliar seus serviços para oferecer outros produtos que são potencialidades da região. O segundo movimento é o de incidência política - pressionar os gestores públicos municipais e os conselhos de alimentação escolar no âmbito de sensibilizar-lhes na garantia e ganhos desse direito.

Essa análise permite afirmar que a política pública de garantia de mais qualidade na alimentação escolar vem se consolidando aos poucos, mas que para chegar ao seu pleno funcionamento, ao ponto de causar transformação social efetiva, necessita da participação ativa dos sujeitos nos espaços políticos e institucionais de controle social.

Num cenário histórico onde, com raras exceções, as políticas são construídas “de cima para baixo”, e tendem a funcionar como políticas excludentes, o controle social é uma das principais alternativas para o crescimento se tornar de fato uma realidade, e no caso da alimentação escolar, uma realidade que o campo brasileiro e o cooperativismo precisam para dá um salto rumo ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, A. G. O cooperativismo como base econômica para uma sociedade transformada. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 23, n. 1, p. 9-21, mar. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração.

BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.

BRASIL, Lei Nacional no 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Cooperativismo, Histórico. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/cont_eudo/id/297>. Acesso em 07 de janeiro de 2016.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / CONSELHO DELIBERATIVO. Resolução FNDE/CD/no038 de 16 de junho de 2009.

GASTROCENTER. Prevenir-se pela boca: O que os alimentos fazem realmente pela sua saúde. Disponível em: <<http://www.gastrocenter.com.br>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

GERAÇÃO COOPERAÇÃO. Saiba Quais São os 13 Ramos do Cooperativismo. Disponível em: <<http://www.geracaocooperacao.com.br/blog/saiba-quis-sao-os-13-ramos-do-cooperativismo/180>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

IBASE (2008), *Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar Nutricional das Famílias beneficiadas*, IBase, Rio de Janeiro.

PORTAL BAIANO DAS COOPERATIVAS. História do Cooperativismo: Nascimento de uma grande ideia. Disponível em: <<http://www.bahiacooperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em 05 jan. 2016.

SANTALUZ. Santaluz. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Santaluz>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

SILVA, Patrícia Fernanda Gouveia. Mulheres-comunitárias, personae-viajantes: classe, gênero, identidade e participação popular. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SINDICATO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL, A Origem e os Princípios do Cooperativismo. O Cooperativismo no Brasil. Disponível em: <<http://www.sintargs.com.br/s/?id=3&idM=10>>, Acesso em 07 de janeiro de 2016.

TERRITÓRIO DO SISAL. O Território do Sisal. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Territ%C3%B3rio_do_Sisal>. Acesso em: 25 jun. 2015.